

Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

Número do processo: 59000.016820/2022-80

2. Objeto

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos, incluindo combustível, manutenção, lavagem e seguro total, para atendimento das necessidades logísticas e administrativas do Senhor Ministro de Estado, do Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Regional e para o transporte de cargas (gestão patrimonial), de forma continuada.

Grupo	Item	CATSER	Especificação	Quantidade
1	1	4014	Veículo de Representação incluindo combustível, manutenção, lavagem e seguro total (4x1)	2 veículos
	2	4014	Veículo de Transporte de Carga (Categoria II), incluindo incluindo combustível, manutenção, lavagem e seguro total (4x1)	1 (veículo)
TOTAL				

3. Normativos que disciplinam o serviço

Lei 8.666 de 21 de junho de 1993

Lei 10.520, de julho de 2002

Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019

Decreto nº 9.287, de 15 de fevereiro de 2018

Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008

Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017

Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018

Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010

Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012

4. Referência às contratações anteriores

Atualmente, o serviço de mão de obra de motorista para autoridades tem sido prestado no âmbito do Contrato Administrativo nº 15/2021-MDR (3073549), o qual tem como objeto: "Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos com motoristas, incluindo combustível, manutenção, lavagem e seguro total [...]". A partir do objeto, verifica-se que foi adotada no contrato uma aglutinação de cinco serviços distintos, a saber locação de veículos, serviço de motoristas, combustível, manutenção, lavagem e seguro, o que o caracterizou como uma contratação denominada 5x1.

Cumprido ressaltar que em comparação à situação anterior, na qual os cinco serviços da contratação atual estavam desagregados em contratos separados e que além disto o MDR dispunha de veículos próprios, que por serem antigos geravam custos elevados de manutenção e conservação, a contratação integrada dos serviços (5x1) resultou em uma maior eficiência administrativa, com economia de recursos públicos e, ainda, proporcionou a realização de leilão daqueles veículos que integravam o patrimônio do MDR.

Ocorre que, ao longo do tempo, no cotidiano operacional da Administração, verificou-se que a contratação integrada (5x1) não atendia perfeitamente e em sua integralidade as necessidades específicas e singulares das duas altas autoridades do Ministério, conforme consta nos autos dos processos 59000.027985/2019-81 e 59000.016410/2022-39.

Assim, em que pese a contratação 5x1 ter se mostrada vantajosa, sob a ótica estritamente econômica, a realidade é que esta modalidade se revelou insatisfatória e subótima, conforme será demonstrado a seguir.

Nesse sentido, este estudo preliminar visa a contratação de locação de veículos, incluindo combustível, manutenção, lavagem e seguro total, sem a previsão de motoristas, como era no previsto no Contrato Administrativo nº 15/2021-MDR acima mencionado.

5. Descrição da necessidade

A contratação do serviço de locação de veículo se justifica em razão das necessidades, específicas e singulares, de deslocamento do Senhor Ministro de Estado, do Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Regional, assim como aquela relacionada à movimentação de cargas e bens deste Ministério.

Cabe frisar que a condução de veículos do senhor Ministro de Estado e do Secretário-Executivo apresenta particularidades em função da singularidade da atividade de transporte de altas autoridades da República.

É fato que os motoristas executivos que prestam serviços aos Ministros de Estado e Secretários Executivos e acompanham diuturnamente suas rotinas, os locais que frequentam, têm acesso a pessoas e a locais reservados, a exemplo das dependências da Presidência da República.

Ainda, é esperado que exista uma relação de confiança entre as autoridades e os seus motoristas e que estes profissionais apresentem um comportamento discreto e condizente com a sobriedade e a relevância dos cargos aos quais servem.

Ademais, pela sua própria natureza, o serviço de transporte das duas maiores autoridades do Ministério importa em uma variedade de possibilidades como, por exemplo, a utilização de motoristas do contrato de terceirização do Ministério, a utilização de motoristas requisitados de órgãos militares, a condução do veículo pessoalmente pela própria autoridade, dentre outras situações.

Assim, conforme já mencionado, ainda que a contratação 5x1 tenha resultado em vantagem econômica para a Administração, o fato é que o agrupamento do serviço de motoristas no contrato não se mostrou adequado às necessidades do Ministério.

Não obstante, a contratação integrada, devido às suas características de solução única como serviço, na qual inexistente a figura de postos de trabalho, não permite o cálculo do valor exato da prestação do serviço em situações nas quais é dispensada a atuação do motorista.

Deste modo, entende-se que a contratação destes profissionais por postos sob demanda, apartada dos demais serviços, se apresenta como a solução mais adequada à maleabilidade necessária para atendimento aos Gabinetes e, definitivamente, a prestação do serviço no modelo 5x1 apresenta um entrave à flexibilização pretendida, não se apresentando aderente à necessidade da unidade requisitante.

Isto posto, a atual contratação na modelagem 5x1, objeto do Contrato Administrativo 15/2021 - MDR, por não atender a necessidade da Pasta, deve ser substituída por nova contratação na modelagem 4x1 (veículo, lavagem, seguro e combustível) e, separadamente, a contratação de postos de motoristas executivos, sob demanda, que poderão ou não ser preenchidos, conforme a conveniência e oportunidade da Administração.

Destaca-se que a necessidade foi descrita em consonância com o Documento de Formalização da Demanda 3959762, emitido pela área requisitante.

6. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria de Coordenação e Gestão	Guilherme Macedo Prudente

7. Descrição dos Requisitos da Contratação

Caracterização da hipótese de cabimento do Sistema de Registro de Preços (SRP):

Pela natureza deste objeto, não será realizado Sistema de Registro de Preços (SRP). Não será formalizada Intenção de Registro de Preços - IRP

Possibilidade de Participação de Cooperativas:

Vedada a participação de cooperativas no processo licitatório, em consonância com o Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público da União - MPU e a União, representada pela AGU, em 5 de junho de 2003

Participação de Consórcios:

Entende-se que o objeto da contratação em planejamento consiste em serviço comum, de simples execução, não sendo considerado serviço de grande vulto e nem de alta complexidade técnica, o que poderia justificar a necessidade de organização de empresas em consórcio. Assim, a participação de empresas em consórcio não será permitida nesta contratação.

Necessidade de apresentação de Garantia de Execução Contratual:

A fim de diminuir os riscos da contratação e aumentar a segurança contratual, bem como cobrir eventuais prejuízos e sinistros advindos do não cumprimento do objeto, estipula-se a garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

Natureza da Contratação:

Quanto à natureza do serviço e com base em entendimento doutrinário e jurisprudencial, esta futura contratação trata-se de serviço de natureza continuada, pois a não disponibilidade do serviço poderia implicar em prejuízo ao exercício das atividades administrativas e finalísticas do Órgão, conforme definido no art. 15 da Instrução Normativa SEGES/MPOG nº 5/2017.

Duração Inicial do Contrato:

A vigência inicial do contrato a ser firmado será de 12 (doze) meses, sendo que a execução dos serviços será iniciada imediatamente após a assinatura do contrato.

Devido o objeto a ser contratado ser essencial ao bom funcionamento da instituição caracterizando-se como serviço de natureza continuada, o contrato poderá ser prorrogável até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

O índice de reajuste contratual aplicado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Critério e Práticas de Sustentabilidade:

A empresa contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, considerando ainda:

A pessoa jurídica contratada para a prestação dos serviços deverá pautar-se em boas práticas de sustentabilidade, além de adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados.

Aplicação das normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis;

Adquirir materiais que tenham sido produzidos observando os critérios de sustentabilidade ao meio ambiente, de conformidade com o DECRETO Nº 7.746, DE 5 DE JUNHO DE 2012 da Presidência da República, dando preferência para aqueles fabricados com materiais recicláveis.

Manter a regulação do veículo automotor, preservando as suas características originais para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente.

Manter o veículo automotor de modo a coibir a deterioração e a adulteração do sistema de escapamento que possa resultar em níveis de emissão sonora superior aos dos padrões aceitáveis nos termos da legislação regente, normas brasileiras aplicáveis e recomendação dos manuais de proprietários e serviços do veículo.

Só será admitida a oferta de veículo automotor que utilize combustível renovável (etanol, gás natural veicular, biodiesel, eletricidade, etc.), inclusive mediante tecnologia “flex”, nos termos da Lei nº 9.660, de 1998.

Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, nº 08/1993, nº 17/1995, nº 272/2000 e nº 242/1998 e legislação superveniente e correlata.

Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA nº 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA nº 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

Transição Contratual e Transferência de Conhecimento

Não se aplica, tendo em vista tratar-se de atividades rotineiras e conhecidas pelas empresas do ramo, não sendo necessária a transferência de conhecimentos após findado o contrato.

Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

Relevância dos requisitos estipulados

O serviço a ser contratado não possui características especiais que limitem a competição no certame licitatório. A solução é padronizada no ramo de fornecimento desse tipo serviço para o setor público. Existem diversas opções de fabricantes/produtos que podem atender as especificações aqui presente referente a veículos de transporte.

8. Levantamento de Mercado

Para a contratação do serviço em pauta se observam duas modelagens que são utilizadas pela Administração Pública:

- Modelagem 5x1 com contratação integrada de aluguel de veículo junto ao fornecimento de mão de obra de motoristas, seguro, lavagem, manutenção e combustível;
- Contratação de motoristas como mão de obra fixa e aluguel integrado de veículos 4x1 — seguro, lavagem, manutenção e combustível.

A título de exemplo, o extinto Ministério das Cidades possuía o Contrato Administrativo nº 17/2013-MCidades com a empresa Pantanal Veículos LTDA, sendo o serviço executado na modalidade 5x1.

Da mesma forma, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL possui vigente o Contrato Administrativo nº 01/2021 que se trata da locação nos moldes do 4x1.

Conforme descrito no item 5 – Descrição da Necessidade, o modelo 5x1 mostrou-se inadequado à realidade do MDR, isto posto conclui-se que o modelo 4x1 e a contratação de postos fixos de motoristas sob demanda, à critério da Administração, é mais apropriado às necessidades e características do Ministério.

Destaca-se que o modelo de contratação de mão de obra fixa de motoristas é utilizado, por exemplo, em contratações recentes do Ministério da Economia. As Atas de Registro de Preços n. 40 e 41/2021 do Ministério da Economia (ME) buscaram a padronização de contratações terceirizadas por meio de sua Central de Compras, adotando como referencial de remuneração a convenção coletiva do SITRATER.

Outra forma de execução do serviço de transporte de autoridades e de materiais é através de frota própria e a consequente contratação de todos os outros insumos separadamente, quais sejam: motoristas, combustível, lavagem, manutenção e seguros. Essa forma de execução ocorreu no MDR até 2021, quando o Contrato Administrativo nº 15/2021-MDR entrou em vigor.

Cumprе esclarecer que essa forma de execução (frota própria + insumos separadamente) gerava um passivo administrativo grande, além de ser menos eficiente economicamente e operacionalmente. A frota que o MDR possuía era obsoleta e por esse motivo era comum os veículos ficarem indisponíveis aos usuários por motivo de manutenção.

Por fim, a título informativo, o Ministério do Desenvolvimento Regional possuía uma frota de 16 veículos até 2019 quando houve o primeiro leilão dos veículos oficiais promovido pelo Ministério da Economia, conforme consta nos autos 59000.010587 /2019-26. Nesse primeiro leilão o MDR disponibilizou 10 veículos e arrecadou o montante de R\$ 177.600,00 (cento e setenta e sete mil e seiscentos reais).

Já no segundo leilão promovido pelo Ministério da Economia o MDR disponibilizou 05 veículos e arrecadou o montante de R\$ 139.400,00 (cento e trinta e nove mil e quatrocentos reais). Informa-se que um veículo (Ford Fusion) foi doado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI conforme consta nos autos 59000.006051/2021-21. Sendo assim o MDR não possui mais nenhum veículo em sua frota própria.

9. Descrição da solução como um todo

Os serviços de locação de veículos, incluindo combustível, lavagem, manutenção e seguro total, deverão estar disponíveis permanentemente aos usuários, de segunda-feira à sexta-feira, considerando o horário de funcionamento do órgão e, para os veículos executivos, a agenda das autoridades. Os serviços serão prestados no Distrito Federal e entorno, abrangendo a RIDE.

Os veículos deverão ficar guardados nas unidades do Ministério do Desenvolvimento Regional, em Brasília/DF, sendo atualmente os seguintes endereços: Esplanada dos Ministérios, Bloco E; Edifício Celso Furtado (SGAN 906 Norte - Asa Norte); E ainda, poderão ser executados em outros endereços, caso venham a ser indicados pelo MDR, onde, porventura, o MDR possa vir a ter sua sede ou unidades em funcionamento.

A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado e não estará obrigada a mantê-lo no local da execução do objeto.

A execução dos serviços será iniciada imediatamente após a assinatura do contrato.

Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo e em atendimento à referida legislação:

	Definição em conformidade com o Decreto nº 9.287, de 15 de	
--	-------------------------------------------------------------------	--

Categoria do Veículo	Fevereiro de 2018		Usuário
	Grupo	Utilização	
Categoria I	Veículo de representação	Representação oficial (Art. 3º, III, V)	Ministro de Estado e Secretário Executivo
Categoria II	Veículo de serviços comuns	Transporte de material (Art. 4º, I)	Transporte patrimonial

Especificação e exigências dos veículos

Veículo de representação, tipo Sedã Executivo, com combustível, lavagem, manutenção, franquia e seguro total (ID 1 e 2):

- Veículo tipo sedã, 04 portas, 2.000 cilindradas (ou a partir de 1.400 cilindradas TURBO), com no máximo 02 (dois) anos de fabricação, quilometragem menor que 20.000 Km, capacidade para 05 passageiros, incluído o motorista, vidros elétricos, ar condicionado e dotado de todos os equipamentos/acessórios de segurança e sinalização exigidos pela legislação brasileira de trânsito vigente, para a categoria.

Veículo de serviço comum, tipo Van Furgão, com combustível, lavagem, manutenção, franquia e seguro total (ID 3):

- Veículo de Transporte de Carga com Motorista tipo Van Furgão (sem bancos) para transporte de carga, com no máximo 02 (dois) anos de fabricação, quilometragem menor que 40.000 Km, cilindrada mínima do motor de 1.400cc, combustível à diesel, capacidade de carga mínima de 1.300 kg, volume mínimo do compartimento de carga de 6m³, altura total máxima de 2,55 metros, largura total máxima de 03 metros e todos os equipamentos/acessórios de segurança e sinalização exigidos pela Legislação Brasileira de Trânsito vigente, para a categoria.

ID	UTILIZADOR	FRANQUIA MENSAL	COMPENSAÇÃO
1	MINISTRO	1.400 KM	Será realizada compensação por banco de quilometragem do próprio veículo e também entre os veículos ID 1 e ID 2
2	SECEX	1.400 KM	Será realizada compensação por banco de quilometragem do próprio veículo e também entre os veículos ID 1 e ID 2
3	MATERIAIS	900 KM	Será realizado banco de quilometragem para compensações

Condições dos veículos

Os veículos, durante toda a vigência do contrato, deverão estar em excelente condição mecânica, elétrica, capotaria e lanternagem, com todos os equipamentos/acessórios de segurança e sinalização exigidos pela Legislação Brasileira de Trânsito vigente;

Os pneus dos veículos deverão seguir as normas do CONTRAN e homologados pelo INMETRO e estar em perfeitas condições de uso e segurança (inclusive o estepe), não podendo ser recauchutados, nem ter recuperação de cortes com colagens de qualquer espécie;

Os veículos deverão possuir dispositivo destinado ao controle de emissão de gases poluentes e de ruído, segundo normas estabelecidas pelo CONTRAN;

Os veículos deverão estar com as revisões periódicas em dia, em especial, em relação ao óleo de motor, fluido do freio, óleo do cârter e filtros de óleo e de ar;

As manutenções preventivas e corretivas dos veículos, compreendendo mecânica e elétrica, substituição e conserto de pneus, troca de óleos e filtros, lavagens e demais serviços necessários ao perfeito funcionamento do veículo são parte integrante dos serviços contratados, não cabendo à contratante qualquer reembolso de custos à empresa, decorrentes da execução desses serviços;

Os veículos deverão possuir seguro total contra furto, roubo, incêndio, colisão e terceiros, abrangendo danos materiais e pessoais, incluindo todos os seus ocupantes;

A contratada deverá, em havendo necessidade de retirar algum veículo de circulação, seja para realização de manutenção ou qualquer outro evento que implique a paralisação, substituí-lo no prazo máximo de 01 (uma) hora. A substituição se dará por outro veículo de iguais características, sem nenhum ônus adicional à contratante;

Os veículos deverão ser identificados por adesivos com manta magnética posicionado abaixo das janelas, devendo conter a expressão “A SERVIÇO DO GOVERNO FEDERAL”, sigla do MDR e “USO EXCLUSIVO EM SERVIÇO”, conforme especificações contidas no Art. 20 da Instrução Normativa nº 03 da SLTI/MPOA, datada de 15 de maio de 2008;

Caso o Ministério do Desenvolvimento Regional venha a alterar seu endereço predial de atuação, a contratada deverá adequar os veículos às novas dimensões da garagem para permitir a entrada dos carros, em especial, as dimensões do veículo de serviço comum (transporte de materiais).

Compensações de Quilometragem

Banco de quilometragem: No período em que um veículo utilizar quilometragem inferior à franquia mensal, os quilômetros não utilizados serão computados como "créditos de quilômetros" que poderão ser utilizados para abater a quantia de quilômetros excedentes em um mês posterior. Tal registro e compensação será utilizado em qualquer período dentro da mesma vigência contratual.

Compensação de quilômetros: Além do "banco de quilometragem", os veículos de representação (utilização Ministro e SECEX) poderão utilizar de compensação de quilômetros entre si. Isto é, havendo excedente de quilometragem mensal rodada por um dos veículos de representação, poderá ser compensada com o outro veículo de representação que rodou quilometragem inferior à mínima contratada. Tal registro e compensação será utilizado em qualquer período dentro da mesma vigência contratual.

Condições da prestação dos serviços

Somente serão aceitos veículos com todos os equipamentos exigidos pela Legislação Brasileira de Trânsito, limpos e de acordo com as especificações constantes neste Estudo Preliminar.

Os itinerários serão definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Regional;

Os veículos disponibilizados deverão estar com o seguro obrigatório, seguro total e seguro contra terceiros, todos vigentes e válidos, bem como com a documentação de licenciamento em dia, sendo tais itens objeto de verificação periódica pela fiscalização técnica;

As anotações pertinentes à viagem (motorista, veículo, placa, itinerário, período de utilização, quilometragens, etc.) deverão constar de um documento intitulado Boletim de Tráfego cujo modelo a ser adotado será fornecido pela contratante e deverá ser utilizado pela contratada e pelos servidores que utilizarem o serviço de locação eventual do veículo;

A contagem da quilometragem somente será feita após o embarque do usuário, finalizando-se no seu desembarque, ficando sob responsabilidade do motorista a anotação da quilometragem no Boletim de Tráfego pertinente, que será conferida e assinada pelo usuário no início e no final de cada deslocamento e, posteriormente, conferida pela Fiscalização Técnica do contrato;

Em caso de ocorrências envolvendo os veículos locados e/ou os condutores, deve-se consignar no respectivo termo que o veículo é objeto de contrato de locação e que o condutor não possui qualquer tipo de vínculo empregatício com a Administração Pública.

A empresa contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando, sempre que exigido, os comprovantes de regularidade documental/fiscal e/ou os esclarecimentos pertinentes;

Somente serão considerados os boletins de tráfego com todos os campos preenchidos e assinados pelo usuário e pelo motorista, sendo desconsiderados caso estejam rasurados ou ilegíveis;

As cópias dos Certificados de Registro e Licenciamento de Veículos, atualizados, dos veículos a serem utilizados, deverão ser remetidas à contratante antes do início da utilização dos veículos, para fins de verificação da regularidade da documentação e da adequação do veículo aos parâmetros pactuados;

A contratada fica obrigada a subtrair, da quilometragem rodada por veículo, aquela utilizada para o abastecimento fora da rota, manutenção do veículo ou qualquer deslocamento efetuado no seu próprio interesse. Será objeto de cobrança apenas a quilometragem referente à rota constante do demonstrativo das requisições de transporte a serviço deste Ministério;

A contratada deverá arcar com todos os custos relativos às revisões programadas, manutenções preventivas e corretivas necessárias a garantir o funcionamento dos veículos objeto da presente contratação;

A execução dos serviços obedecerá às condições estabelecidas neste Estudo, no Termo de Referência, no Contrato, na proposta da contratada e nos demais elementos que servirem de base para a contratação dos serviços;

A empresa deve estar ciente de que a condução dos veículos será feita por motoristas contratados por contratos distintos do da locação do veículo ou por outros motoristas designados pelo MDR. Dessa forma, a empresa deve assumir todos os riscos.

Documentos que os licitantes deverão apresentar

O licitante deverá comprovar, por meio de atestado (os) de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha executado contrato de serviços continuados em quantidades compatíveis em características e quantidades com o objeto a ser licitado, por período não inferior a 03 (três) anos.

Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5 /2017

10. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

De acordo com o histórico da contratação anterior (Contrato Administrativo nº 15/2021-MDR), o quantitativo de quilômetros /franquia por tipo de veículo é que segue na tabela abaixo:

Utilizadores	Unidade de Medida	Franquia mensal	Franquia anual
MINISTRO	Quilômetros rodados	1.300	15.600
SECEX	Quilômetros rodados	1.300	15.600
MATERIAIS	Quilômetros rodados	1.000	12.000

Considerando que ao longo do tempo diferentes veículos foram utilizados para atender a demanda de sua categoria (veículos de representação, veículos de carga), segue abaixo uma tabela consolidada com o consumo em quilometragem por categoria de utilizadores:

Utilizadores	Unidade de Medida	FROTA PRÓPRIA			OBDI (5X1) 04/21 a 04/22	Total de km	Média de km /ano	Média de km /mês
		2017	2018	2020				

MINISTRO	km rodados	22.770	17.252	15.580	21.069	76.671	19.167,75	1.597,31
SECEX	km rodados	19.441	4.985	14.916	17.982	57.324	14.331	1.194,25
MATERIAIS	km rodados	10.532	9.176	9.320	10.638	39.666	9.916,5	826,38

Na tabela acima não foi considerado os quilômetros rodados do ano de 2019 uma vez que nesse ano a utilização dos veículos foi atípica, sendo que os veículos executivos rodaram muito pouco (Ministro 6.560 km/ano e Secex 6.212 km/ano) e o veículo de carga/materiais rodou por volta de 50% a mais em relação aos outros anos (15.624km).

Além disso, como haverá a compensação por banco de quilometragem do próprio veículo e também entre os veículos utilizados pelo Ministro e pelo Secretário Executivo, optou-se por definir a média de quilômetros rodados pelos veículos Executivos para fins de definição da franquia dos veículos executivos. Ou seja, a franquia do veículo do Ministro seria de 1.6500 km/mês e do Secretário Executivo seria de 1.200 km/mês, perfazendo um total de 2.800 km/mês para os veículos executivos.

Nesse sentido, tendo como base a tabela acima onde constam os quilômetros rodados dos anos de 2017, 2018, 2020 e 2021/2022 e a explicação do parágrafo anterior, sugere-se que as franquias dos veículos executivos e de carga/materiais sejam conforme a tabela abaixo:

Utilizadores	Unidade de Medida	Franquia mensal	Franquia anual
MINISTRO	Quilômetros rodados	1.400	16.800
SECEX	Quilômetros rodados	1.400	16.800
MATERIAIS	Quilômetros rodados	900	10.800

11. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 291.892,20

Para esta fase de estudo preliminar, entende-se que os preços atualmente vigentes no Contrato Administrativo nº 15/2021-MDR são suficiente para estimar o valor da contratação. Sendo assim, considerando os quantitativos definidos, tem-se uma estimativa de custos conforme a tabela a seguir:

Grupo	Item	CATSER	Especificação	Quantidade	Valor Mensal Total (R\$)	Valor Anual Total (R\$)
1	1	4014	Veículo de Representação incluindo combustível, manutenção, lavagem e seguro total (4x1)	2 veículos	17.056,23	R\$ 204.674,76
	2	4014	Veículo de Transporte de Carga (Categoria II), incluindo combustível, manutenção, lavagem e seguro total (4x1)	1 (veículo)	7.268,12	R\$ 87.217,44
						R\$

TOTAL	291.892,20
--------------	-------------------

Posteriormente, para definição do preço paradigma da licitação, deverá ser realizada pesquisa de preços baseada no disposto na IN 73/2020-SEGES, a partir da realização dos seguintes procedimentos:

- Consulta de preços no painel de preços;
- Consulta por contratações similares junto a outros órgãos da Administração;
- Dados de pesquisa publicada em mídia especializada
- Pesquisa de mercado junto às empresas especializadas no objeto a ser contratado.
- Consolidação dos preços pesquisados em um "mapa de preços" através da mediana ou média, a depender da variabilidade dos preços apresentados;
- Instrução processual com a documentação gerada a partir da realização das etapas anteriores.
- Envio dos mapas de preço para análise de conformidade pela unidade pertinente

12. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Sugere formação de grupo composto por 2 (dois) itens, sendo o item 1 referente ao serviço de locação dos dois veículos executivos (Ministro e Secex) e o item 2 referente ao serviço de locação do veículo de carga (gestão patrimonial).

A opção do agrupamento dos itens pode proporcionar economicidade pois, entende-se que haverá ganho de escala com a locação de veículos pela mesma empresa.

Destaca-se que o agrupamento possibilita o uso do critério de "compensação de quilometragem excedente" descrito na solução, especificamente no caso dos veículos de representação, de forma que a adjudicação por itens pode inviabilizar este critério. Tal solução pode ser fator decisivo para evitar que o MDR pague por deslocamentos que eventualmente extrapolem a quilometragem estimada para o contrato.

Além disso, o agrupamento dos itens pode promover ganhos administrativos, uma vez que a adjudicação global pode gerar uma única proposta a ser avaliada e um único contrato a ser posteriormente gerido

13. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Como nesta pretensa contratação não há a previsão de motoristas para a condução dos veículos, informa-se que este Ministério do Desenvolvimento Regional está realizando outra contratação, por meio do processo SEI 59000.016410/2022-39, de empresa especializada na prestação de serviços de motoristas, para atendimento das necessidades logísticas e administrativas do Senhor Ministro de Estado, do Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Regional e para o transporte de cargas (gestão patrimonial).

14. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Busca-se contratação racional e responsável do serviço de forma que seja possível a obtenção do melhor emprego dos recursos deste Ministério, os quais têm sido escassos nos últimos exercícios. Dessa forma é almejada eficácia e eficiência nas ações, de acordo com o Planejamento Estratégico:

EIXO	Governança e Gestão Corporativa
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Promover a excelência em contratações públicas e gestão de serviços internos

Tal contratação alinha-se ao Documento de Formalização da Demanda (3959762), bem como ao Plano Anual de Contratações (PAC 2022 – MDR), conforme consta nos autos (3984023).

Com já informado, esta pretensa contratação substituirá o atual Contrato Administrativo nº 15/2021-MDR (3073549) conhecido como contrato 5x1.

15. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O Ministério do Desenvolvimento Regional, a despeito de seu propósito de promoção do bem comum e do interesse coletivo, deve prezar pelo acompanhamento e fiscalização das atividades necessárias para o cumprimento de sua missão que é reduzir as desigualdades regionais promovendo o desenvolvimento econômico e socialmente inclusivo e conduzir nacionalmente as políticas de desenvolvimento regional, desenvolvimento urbano, proteção e defesa civil, recursos hídricos, segurança hídrica, habitação, saneamento, mobilidade urbana, ordenamento territorial e irrigação, observadas as competências do MDR.

Nesse sentido, a pretensa contratação tem o intuito de oferecer aos servidores e demais autoridades desta Pasta a prestação de um serviço de qualidade em suporte ao acompanhamento das atividades inerentes aos programas de governo de competência deste Ministério.

16. Providências a serem Adotadas

Dadas as características da pretensa contratação, salvo melhor entendimento, não se aplica neste caso concreto os quesitos de adequação do ambiente do órgão e contratações correlatas e/ou interdependentes citados no Anexo III da IN 05.

17. Possíveis Impactos Ambientais

A empresa contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, considerando ainda:

- A pessoa jurídica contratada para a prestação dos serviços deverá pautar-se em boas práticas de sustentabilidade, além de adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;
- Aplicação das normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis;
- Adquirir materiais que tenham sido produzidos observando os critérios de sustentabilidade ao meio ambiente, de conformidade com o DECRETO Nº 7.746, DE 5 DE JUNHO DE 2012 da Presidência da República, dando preferência para aqueles fabricados com materiais recicláveis;
- Manter a regulação do veículo automotor, preservando as suas características originais para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente;
- Manter o veículo automotor de modo a coibir a deterioração e a adulteração do sistema de escapamento que possa resultar em níveis de emissão sonora superior aos dos padrões aceitáveis nos termos da legislação regente, normas brasileiras aplicáveis e recomendação dos manuais de proprietários e serviços do veículo;
- Só será admitida a oferta de veículo automotor que utilize combustível renovável (etanol, gás natural veicular, biodiesel, eletricidade, etc.), inclusive mediante tecnologia “flex”, nos termos da Lei nº 9.660, de 1998;
- Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, nº 08/1993, nº 17/1995, nº 272/2000 e nº 242/1998 e legislação superveniente e correlata;
- Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA nº 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA nº 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes;

- Tendo por base o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria Geral da União (edição agosto 2022), o Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular), assim como ao que já foi recomendado pela Consultoria Jurídica deste Ministério em outros processos de contratação similar (ex.: 59000.027985/2019-81, 59000.016278/2020-01 e 59000.014093/2022-16), para os Veículos de Representação serão aceitos os veículos classificados até na categoria C do PBE Veicular. Já para o Veículo de Serviços Comuns será aceito veículo classificado até a categoria D do PBE Veicular.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação, com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art. 7º, da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

19. Responsáveis

Unidade Técnica

DIEGO ROSA MOTA
Assessor Técnico Especializado

Unidade Técnica

FRANCISCO CINTRA BARBOSA
Analista Técnico Administrativo

Unidade Técnica

RENATO POPOV DOS SANTOS
Coordenador-Geral de Suporte Logístico

Unidade de Licitações e Contratos

CAROLINA ASSUNCAO BROZZON
Coordenadora de Licitações

Unidade Requisitante

GUILHERME MACEDO PRUDENTE
Chefe de Gabinete

